



PLANO DE PARTO COMO FERRAMENTA DE INOVAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

¹ Ana Carolina Paiva Aragão; ² Isabelle Carolline Verissimo de Farias; ³ Perpétua Alexandra Araújo; ⁴Francisco Freitas Gurgel Júnior; ⁵Quiriane Maranhão Almeida

¹ Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário INTA– UNINTA; ² Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará - UECE; ³ Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará - UECE; ⁴Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; ⁵Docente Centro Universitário INTA-UNINTA

Área temática: Temas transversais

Modalidade: Comunicação Oral

E-mail dos autores: carolaragaoipu@hotmail.com¹; belleverissimopb@gmail.com²; palessandraaraujo@gmail.com³; gurgel.junior@uol.com.br⁴; quirialmeida@hotmail.com⁵

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Plano de Parto, documento escrito, de caráter legal, e recomendado pela Organização Mundial de Saúde, tem como principal objetivo proporcionar empoderamento e respeito às mulheres, além de reduzir intervenções desnecessárias, sendo uma importante ferramenta a ser incorporada na Atenção Primária. **OBJETIVO:** analisar o conhecimento dos enfermeiros da atenção primária sobre o Plano de Parto. **MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo exploratória com abordagem qualitativa, realizada com enfermeiros que atuam nas Unidade Básica de Saúde (UBS) da sede do município de Ipu. A coleta de informações aconteceu por meio de entrevista semiestruturada, onde as respostas foram gravadas e transcritas para melhor organização. Os critérios de inclusão foram: enfermeiros que realizam pré-natal nas UBS da sede e possuir no mínimo seis meses de experiência. Para análise de informações, foi realizada a análise categorial temática de Bardin. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir da análise dos dados, foi possível observar que os participantes do estudo não conhecem sobre o plano de parto, porém, todos o classificaram como uma excelente ferramenta inovadora em saúde, além de estimular a humanização. A realização de capacitações foi um dos fatores elencados como necessários para a implantação do PP. Já a possível não adesão do ambiente hospitalar e o desrespeito aos direitos das mulheres foram apontados como desafios a serem superados na utilização dessa ferramenta. Dessa forma, é importante ressaltar que, o plano de parto possibilita a obtenção de conhecimento para as mulheres sobre seus direitos, obtendo a autonomia e o protagonismo, reduzindo, conseqüentemente, a ansiedade e casos de violência obstétrica. **CONCLUSÃO:** ficou evidente a importância da realização de capacitações e inclusão do plano de parto nos protocolos de atendimento pré-natal como ferramenta inovadora na Atenção Primária à Saúde.

Palavras-chave: Plano de Parto. Enfermagem. Atenção Primária à Saúde.





1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, a história do processo de parto muda gradualmente. Anteriormente, o parto ocorria em ambiente familiar e com isso, a mulher conseguia expressar-se. A partir da metade do século XX, com a chegada de novas tecnologias, o parto começa a acontecer em ambiente hospitalar, visando controlar complicações e condições de risco (GOMES et al., 2017).

A partir disso, surge o modelo tecnocrático de atenção ao parto e ao nascimento. O estudo de Gomes et al. (2017), descreve esse modelo como assistencial médico centrado, ou seja, o local, o tipo de nascimento, o momento do parto, entre outras preferências passaram a ser definidas pelos profissionais, retirando o poder de decisão da mulher sobre o seu próprio corpo e as suas escolhas.

O plano de parto, documento escrito, de caráter legal, está inserido nas boas práticas de assistência à saúde da mulher, trata-se de um documento em que a gestante após obter orientações sobre a gravidez e o processo parturitivo, irá expressar suas escolhas em relação ao cuidado que pretende receber durante o trabalho de parto e parto, expondo seus valores e desejos (SUÁREZ-CORTÉS et al., 2015).

A elaboração do PP deve ser realizada juntamente com o profissional de saúde, e geralmente acontece durante o pré-natal, preferencialmente, após a gestante ter recebido todas as informações sobre a gestação, o parto, seus direitos de escolha, os métodos não farmacológicos, os riscos de intervenções desnecessárias, entre outros esclarecimentos (GOMES et al., 2017).

Nesta perspectiva, para que a gestante assuma o protagonismo durante a gestação, parto e puerpério, o enfermeiro, como um dos profissionais que acompanha a gestante em todo o processo parturitivo na atenção primária, se torna um elo importante para guiar, incentivar e empoderar a mulher para que esta manifeste seus desejos e demandas (BARROS et al., 2017).

No PP, é possível que as gestantes manifestem os cuidados que pretendem receber desde o consumo de água e alimentos, ao posicionamento na hora de parir, à utilização de analgésicos, a fim de evitar procedimentos habituais sem fundamento científico, desde o trabalho de parto, parto e pós-parto (SILVA et al., 2020). O documento deve ser apresentado à equipe no momento em que a gestante chegar na maternidade, contribuindo com o planejamento, a comunicação e possibilitando decisões compartilhadas entre os envolvidos na assistência.

Diante desse contexto, o principal objetivo da pesquisa é analisar o conhecimento dos enfermeiros da atenção primária sobre o Plano de Parto. A pesquisa torna-se relevante, à medida que



poderá estimular os profissionais a compreenderem e implementarem esse tipo de ferramenta de fácil aplicação e inovadora, contribuindo com a realização de partos mais humanizados.

2 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de campo do tipo exploratória com abordagem qualitativa. Para realização da pesquisa foram escolhidas as UBS da sede da cidade de Ipu-Ceará, que conta com um sistema de saúde organizado por dezessete Unidades Básicas de Saúde (UBS). A atenção primária foi selecionada por ser o local que as gestantes mais frequentam durante a gravidez devido às consultas do pré-natal, onde recebem todas as informações sobre a gestação.

O presente estudo foi realizado com enfermeiros que atuam nas UBS da sede do município de Ipu. Os critérios de inclusão foram: enfermeiros que atendem pré-natal nas UBS da sede, visto que, é onde há um maior quantitativo de pacientes, e, possuir no mínimo de seis meses de experiência, pois acredita-se que já haverá maior conhecimento da área. Os critérios de exclusão foram: trabalhar na UBS em caráter de substituição de férias, folgas ou licenças, e ausência no período da coleta. As informações foram coletadas nos meses de outubro e novembro de 2022.

Após aprovação do CEP sob parecer nº 5.577.751, o contato inicial com cada enfermeiro foi feito em seus locais de trabalho, onde foram explicados os objetivos do estudo e agendado um horário para realização da entrevista, em local reservado, com total privacidade.

A coleta de informações aconteceu por meio de entrevista semiestruturada, instrumento composto por perguntas abertas e fechadas formuladas pela pesquisadora, cujo tema é o plano de parto. As respostas foram gravadas e transcritas para que nenhuma informação fosse perdida.

Para análise de informações, foi realizada a análise categorial temática de Bardin. O método compreende as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com o objetivo de realizar deduções lógicas e justificadas sobre a origem dessas mensagens (BARDIN, 1977).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram deste estudo 7 enfermeiros, sendo 5 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, com idades que variam entre 25 e 48 anos. Quanto ao tempo de formação, 5 participantes têm menos





de 6 anos e apenas 2 têm mais de 11 anos. Em relação ao tempo de experiência na Atenção Básica, 4 atuam nesse nível há menos de 3 anos e os demais variam entre 5 e 22 anos.

A partir análise dos dados, os resultados alcançados pelo presente estudo foram descritos a partir do conhecimento dos enfermeiros sobre plano de parto, e foi possível observar que a maioria desconhece esse documento. Essa afirmativa pôde ser observada nas falas a seguir:

“Não conheço sobre o assunto [...] Nunca ouvi falar. Primeira vez que eu tô ouvindo sobre.” (E1)

“Eu não conhecia. [...] É a primeira vez que eu estou vendo [...]” (E3)

Rosa et al. (2020) aponta que, embora o PP apresente inúmeros benefícios, sua utilização ainda é baixa. A falta de suporte profissional para entendimento e decisão das suas preferências, juntamente com a falta de informações durante as consultas de pré-natal, são fatores associados à não utilização dessa ferramenta pelas mulheres, levando ao desconhecimento do objetivo e da importância do PP. De acordo com estudo de Mouta et al. (2017), após a realização de entrevista com 11 puérperas, apenas uma afirmou conhecer o PP.

Também é importante ressaltar que a maioria dos enfermeiros entrevistados relatam não ter estudado sobre o assunto durante a graduação.

De acordo com o estudo de Barros et al. (2017) realizado no estado de Rio Grande do Sul, não há nenhuma imposição para que o profissional tenha especialidade em obstetrícia, porém, este deve apresentar uma receptividade com relação ao PP, a fim de conceder o empoderamento e autonomia da mulher. Todavia, Rosa et al. (2020) destaca a importância da atuação de um profissional capacitado para executar o PP, visto que, surge a necessidade de conhecimento sobre o assunto, para posteriormente haver um esclarecimento para as mulheres de mitos e dúvidas sobre o parto.

Como descrito por Medeiros et al. (2019), a utilização do PP traz inúmeros benefícios para o processo do parto e promove melhores desfechos obstétricos e neonatais, tais como a redução das taxas de cesarianas e conseqüentemente o aumento dos índices de parto normal. Ademais, ao recém-nascido proporciona menores índices de internações neonatais em UTI, além de melhores resultados de Apgar e no pH do cordão umbilical, aumento do clampeamento oportuno e do contato pele a pele.

Além disso, mesmo aqueles profissionais que afirmaram ter conhecimento sobre o PP, demonstraram confusão, conceituando-o de forma incorreta ou incompleta:





“Assim, é na verdade um programa, não sei como é que a gente pode dizer, um cronograma, uma rotina que é muito legal [...]” (E4)

Em contrapartida, há uma visão de que a ferramenta está associada aos direitos legais, como a escolha da via de parto, a presença do acompanhante e o incentivo ao parto normal. Essa afirmativa é demonstrada nas falas a seguir:

“O que eu conheço sobre o plano de parto é a questão dos direitos, né, que essa mulher tem. Por exemplo se ela quiser que o pipoqueiro fique com ela na hora do parto, que isso teria que acontecer. A gente sabe que nem sempre a realidade é essa, mas que a gente pode apresentar o hospital, pra ela conhecer o ambiente em que ela vai dar à luz, ter noção de quem são os profissionais que vão tá lá trabalhando, tudo isso” (E5).

“[...] eu não tenho assim um conhecimento vasto, né? Só que na prática, a gente exerce por exemplo algumas ações que são de suma importância pra gestante e pra família que tiver acompanhando, né? Por exemplo, orientações do que que ela vai poder se deparar, algumas possíveis dificuldades, e assim por diante [...]” (E7).

“Eu não faço esse plano de parto como você tá me mostrando, mas assim, eu oriento sobre o trabalho de parto, oriento, né, do direito delas de um acompanhante, mas assim, plano de parto em si mesmo não é realizado” (E1).

Quanto à orientação do PP nas consultas de pré-natal, nenhum dos enfermeiros entrevistados utiliza essa ferramenta, contudo, todos afirmaram sua importância para a qualidade da assistência. Quando questionados em relação ao conhecimento de algum outro profissional da atenção primária que realize essa atividade, a resposta negativa foi unânime.

Em relação ao conhecimento geral sobre o tema evidenciado neste estudo, é um sinal de alerta visto que a OMS recomenda a realização dessa ferramenta desde 1996, além de também ser uma recomendação do MS no cuidado do Pré-Natal (FELTRIN; MANZANO; FREITAS, 2022).

4 CONCLUSÃO

Apesar dos benefícios do PP, da fácil aplicabilidade e do baixo custo, e além do mesmo não ser um documento novo, os resultados demonstraram que os profissionais que participaram da pesquisa não conhecem o seu conceito corretamente e não orientam sua construção nas consultas de pré-natal.





O PP auxilia na garantia de uma assistência qualificada e humanizada, de forma escrita e legal, por meio de conhecimentos técnicos e científicos que orientam a gestante nas suas escolhas, sendo dessa maneira uma ferramenta inovadora a ser utilizada à nível de atenção primária, assegurando melhores resultados em saúde.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70. Coleção Persona, p. 09-229, 1977.

BARROS, Amanda Peres Zubiaurre de *et al.* Conhecimento de enfermeiras sobre plano de parto. **Revista de Enfermagem da UFSM**, Uruguaiiana, v. 7, n. 1, p. 69-79, 2017.

FELTRIN, Aline Fiori dos Santos; MANZANO, Jéssica Pagotto; FREITAS, Tiago José Aio de. Plano de Parto no Pré-Natal: Conhecimento dos Enfermeiros da Atenção Primária à Saúde. **Revista Cuidarte Enfermagem**, p. 65-73, 2022.

GOMES, Rebeca Pinto Costa *et al.* Plano de parto em rodas de conversa: escolhas das mulheres. **Revista Mineira de Enfermagem**, Minas Gerais, v. 21, 2017.

MEDEIROS, Renata Marien Knupp *et al.* Repercussões da utilização do plano de parto no processo de parturição. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. V. 40, 2019.

MOUTA, Ricardo José Oliveira *et al.* Plano de Parto como Estratégia de Empoderamento Feminino. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 31, n. 4, p. 1-10, 20 dez. 2017.

ROSA, Elaine Cristina dos Santos *et al.* Avaliação do Conhecimento dos Profissionais da Saúde com relação ao Plano de Parto. **Revista Ensaios Pioneiros**, p. 25-33, 2020.

SILVA, Wanessa Nathally de Santana *et al.* Plano de parto como instrumento das boas práticas no parto e nascimento: revisão integrativa. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 33, 2020.

SOARES, Emanuele da Silva *et al.* A Informação de Mulheres para escolha do Processo de Nascimento. **Revista de Enfermagem Ufpe Online**, Recife, v. 11, n. 12, p. 5427-5431, 15 dez. 2017

SUÁREZ-CORTÉS, María *et al.* Uso e influência dos Planos de Parto e Nascimento no processo de parto humanizado. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 23, n. 3, p. 520-526, 3 jul. 2015.

